



Damásio Educacional S.A.

CNPJ 07.912.676/0001-09 · NIRE 35.2.3201177-9



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Acompanhadas do Relatório da Administração e das Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

■ ■ ■

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração apresenta as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

Conteúdo

- ▶ Balanço patrimonial
- ▶ Demonstração do resultado
- ▶ Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- ▶ Demonstração dos fluxos de caixa
- ▶ Notas explicativas às demonstrações financeiras (notas 1 a 22)

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

■■■

Em milhares de reais

ATIVO	NE	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.077	1.524	Arrendamentos		867	8
Títulos e valores mobiliários	3	57.682	390	Fornecedores	10	4.766	1.168
Contas a receber	4	41.660	9.139	Salários e encargos sociais	11	12.962	1.250
Partes relacionadas	5	958	1.397	Obrigações tributárias		521	159
Despesas antecipadas	6	1.307	194	Mensalidades recebidas antecipadamente	14	30.899	229
Impostos e contribuições	7	6.405	139	Partes relacionadas	5	214	829
Outros		1.925	920	Preço de aquisição a pagar	13	10.980	—
				Dividendos a pagar		275	—
				Outros		818	661
Total do circulante		131.014	13.703	Total do circulante		62.302	4.304
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Despesas antecipadas	6	69	39	Arrendamentos		2	8
Depósitos judiciais		242	3.048	Contingências	12	2.702	2.744
Impostos diferidos	7	53.682	47.713	Preço de aquisição a pagar	13	3.128	—
Impostos e contribuições	7	649	523	Passivo financeiro	15	7.869	9.383
				Outros		1.127	1.357
Total do realizável a longo prazo		54.642	51.323	Total do não circulante		14.828	13.492
Permanente				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	7.042	2.745	Capital social	16	667.652	346.374
Intangível	9	500.031	248.180	Reservas de capital	16	(2.881)	11
				Reserva legal	16	1.741	1.741
Total do permanente		507.073	250.925	Ajuste de avaliação patrimonial		(8.440)	(9.954)
				Prejuízos acumulados		(42.473)	(40.017)
Total do não circulante		561.715	302.248	Total do patrimônio líquido		615.599	298.155
Total do ativo		692.729	315.951	Total do passivo e patrimônio líquido		692.729	315.951

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

■ ■ ■

Em milhares de reais

DESCRIÇÃO	NE	2025	2024
Operações continuadas			
Receita líquida das atividades	18	51.815	24.738
Custos dos serviços prestados	19	(10.595)	(14.780)
Resultado bruto		41.220	9.958
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	20	(12.285)	(16.285)
Despesas gerais e administrativas	20	(24.568)	(20.131)
Resultado da equivalência patrimonial		–	731
Outras receitas / despesas operacionais	21	(3.607)	3.222
Resultado operacional		760	(22.505)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	2.728	215
Despesas financeiras	22	(4.403)	(6.442)
Resultado financeiro líquido		(1.675)	(6.227)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			
		(915)	(28.732)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(1.541)	939
Prejuízo líquido do exercício		(2.456)	(27.793)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

■ ■ ■

Em milhares de reais

DESCRIÇÃO	Capital social	Reservas de capital – opções outorgadas	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	352.932	(47)	1.741	19.047	(58.496)	(31.271)	283.906
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(27.793)	(27.793)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	42.160	–	–	–	–	–	42.160
Cisão	(48.718)	–	–	–	48.542	–	(176)
Constituição / reversão de reserva de lucros	–	–	–	(19.047)	–	19.047	–
Plano de opção de compra de ações	–	58	–	–	–	–	58
Saldos em 31 de dezembro de 2024	346.374	11	1.741	–	(9.954)	(40.017)	298.155
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(2.456)	(2.456)
Incorporação	321.268	–	–	–	–	–	321.268
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	10	–	–	–	–	–	10
Ajuste de opção de compra	–	–	–	–	1.514	–	1.514
Plano de opção de compra de ações	–	(2.892)	–	–	–	–	(2.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	667.652	(2.881)	1.741	–	(8.440)	(42.473)	615.599

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

■ ■ ■

Em milhares de reais

DESCRIÇÃO	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(915)	(27.793)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	16.322	12.005
Resultado da equivalência patrimonial	—	(731)
Provisão para Incentivo de Longo Prazo (ILP)	(2.892)	58
Provisão para contingências	944	—
Atualização de compromissos a pagar	536	—
Outros	3	—
Total dos ajustes ao resultado	13.998	(16.461)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	1.452	15.884
Despesas antecipadas	2.036	85
Impostos e contribuições a recuperar	(262)	(339)
Impostos diferidos	—	(938)
Partes relacionadas (ativo)	439	(24.647)
Outros ativos	(1.006)	(118)
Depósitos judiciais	2.806	25
Fornecedores	(3.821)	(675)
Salários e encargos sociais	851	(374)
Obrigações tributárias	(660)	(183)
Mensalidades recebidas antecipadamente	7.296	(1.586)
Partes relacionadas (passivo)	(784)	—
Contingências	(1.009)	886
Outros passivos	(72)	(1.051)
Total das variações nos ativos e passivos	7.266	(13.031)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	21.264	(29.492)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixa (aquisição) de ativo imobilizado	(66)	(131)
Baixa (aquisição) de ativo intangível	(10.288)	(5.221)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	4.206	96
Pagamento de preço de aquisição (combinação de negócios)	(6.000)	—
(Redução) dividendos e AFAC	(75)	—
Aumento (redução) em preço de aquisição a pagar	9.574	2.298
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(2.649)	(2.958)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) em arrendamentos	853	(3.205)
Adiantamento para futuro aumento de capital	85	35.360
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	938	32.155
Aumento (redução) nas disponibilidades		
	19.553	(295)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.524	1.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.077	1.524
Variação no saldo de disponibilidades	19.553	(295)

NOTAS EXPLICATIVAS

Às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

■ ■ ■

NOTA 1

Informações gerais

Contexto operacional

A Damásio Educacional S.A. ("Companhia") tem como principal atividade o desenvolvimento de plataformas voltadas à oferta de soluções digitais para cursos livres, preparatórios para concursos públicos, cursos de capacitação profissional, de extensão e de ensino superior.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida da Liberdade, nº 683, do 7º ao 10º andar, na cidade e estado de São Paulo, e é integralmente controlada pela YDUQS Participações S.A.

Em 1º de outubro de 2025, foi realizada uma reestruturação societária envolvendo a incorporação da GrupoQ Educação S.A. pela Damásio Educacional S.A. ("Companhia"), resultando na extinção da GrupoQ e na sucessão universal, pela Companhia, de todos os seus bens, direitos e obrigações. Na mesma data, a Damásio foi transformada em sociedade anônima de capital fechado.

(a) Aquisições Recentes

No exercício de 2025, a GrupoQ Educação S.A. ("GrupoQ") realizou duas aquisições de ativos estratégicos no segmento de educação digital e preparatórios especializados. Ambas as transações foram contabilizadas como combinações de negócios, nos termos do CPC 15 (R1) — Combinação de Negócios (equivalente ao IFRS 3), tendo sido elaborados os respectivos Laudos de Alocação do Preço de Compra ("PPA" – Purchase Price Allocation).

A Eu Militar Educação Ltda. atua no segmento de ensino digital, dedicando-se ao desenvolvimento, operação e comercialização de soluções educacionais voltadas à preparação para ingresso em carreiras militares. Sua atuação compreende a oferta de conteúdos acadêmicos escaláveis, aulas ao vivo, banco de exercícios, simulados, materiais didáticos digitais e plataforma própria direcionada a candidatos interessados em concursos e instituições vinculadas às forças armadas brasileiras.

O preço de aquisição da Eu Militar Educação Ltda. foi fixado em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), integralmente pagos à vista na data de fechamento da operação, ocorrida em 12 de setembro de 2025.

A Profuturo Cursos e Treinamentos Ltda., titular das marcas ProEnem e ProMedicina, atua no segmento de educação digital voltado à preparação para o ENEM, vestibulares e cursos de medicina, por meio de plataforma digital própria e materiais didáticos especializados.

Os ativos da Profuturo Cursos e Treinamentos Ltda. foram adquiridos pela GrupoQ, sendo que ambas as operações foram conduzidas conjuntamente e passaram a compartilhar uma equipe operacional composta por 14 colaboradores transferidos no contexto da transação.

O preço de aquisição da Profuturo Cursos e Treinamentos Ltda. foi estabelecido em R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), dos quais R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) foram pagos à vista na data de fechamento da operação, em 12 de setembro de 2025, e o saldo remanescente será liquidado em quatro parcelas anuais, atualizadas pela variação do CDI.

Adicionalmente, a operação prevê cláusula de earn-out, caracterizada como contraprestação contingente, cujo valor definitivo dependerá do desempenho operacional da unidade combinada no exercício de 2027.

(b) Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS®"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing

Interpretations Committee (SIC® Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: perda (impairment) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações e vida útil dos ativos.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas novas que estão em vigor em 2025

- Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. Normas novas que ainda não estão em vigor em 2025 As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG);
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18/CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18/CPC 51 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18/CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18/CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

NOTA 2**Resumo das políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros Ativos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos judiciais.

Passivos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

Caixa e equivalentes de caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

(b) Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, vencimento de longo prazo, com liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

Contas a receber

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda de crédito esperada ("PCE" ou impairment).

2.4 Perda de crédito esperada

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do

exercício em que o ativo for baixado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, tendo como base laudos de avaliadores externos, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.6 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa, representadas por cada instituição ou grupo adquiridos, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Combinação de Negócios

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a Royalty Source e Royaltystat. Para determinação das vidas úteis das marcas são consideradas a metodologia (Income approach - Relief from Royalty), cujo cálculo é a partir da taxa de royalty sobre a receita líquida projetada ou pela metodologia de representação da relevância de 80% ou 90% da projeção da geração do fluxo de caixa dos intangíveis.

(b.3) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis, estabelecido com base no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa, representadas por cada instituição adquirida, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8 Arrendamento

A Companhia possui imóveis comerciais alugados para suas áreas administrativas.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente, sendo os pagamentos de arrendamentos descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

2.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.10 Tributação

A Companhia é tributada com base no Lucro Real, conforme legislação fiscal vigente. A apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é realizada de forma trimestral ou anual, com base na legislação fiscal em vigor.

Tributos Diretos sobre o Lucro

Os tributos incidentes sobre o lucro compreendem:

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ): alíquota de 15%, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede R\$ 20.000,00 por mês.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): alíquota de 9%.

A Companhia reconhece o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Tributos Diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, quando há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para sua realização.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos está baseado em projeções de lucro tributável futuro e em estudos de viabilidade preparados e aprovados pela administração.

Tributos sobre o Faturamento e Receita

Além dos tributos sobre o lucro, a Companhia está sujeita aos seguintes tributos incidentes sobre a receita e operações:

PIS – Programa de Integração Social: alíquota de 1,65% (regime não cumulativo) e 0,65% (regime cumulativo) ;

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social: alíquota de 7,6% (regime não cumulativo) e 3% (regime cumulativo);

ISS – Imposto sobre Serviços: conforme legislação do município onde os serviços são prestados;

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: conforme legislação estadual (quando aplicável).

Os créditos fiscais de PIS e COFINS sobre insumos, despesas e ativos são apropriados conforme previsto na legislação e registrados de acordo com os princípios contábeis.

2.11 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de capital, se aplicável, quando as opções são exercidas. Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas, conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

2.12 Participação nos lucros

A companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

2.13 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços nas plataformas, seja de educação online e ou de planos de assinatura. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos. A companhia reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas financeiras

As receitas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras.

NOTA 3**Caixa e equivalentes de caixa**

	2025	2024
Caixa e bancos	21.077	1.524
Aplicações financeiras - Fundo de investimentos (i)	57.682	390
Total	78.759	1.914

As aplicações financeiras são constituídas por fundos de investimentos sob gestão de grandes instituições financeiras, com liquidez imediata e remuneração atrelada ao CDI com taxa média de 100,96% da CDI (103,12% em 2024).

NOTA 4**Contas a receber**

	2025	2024
Mensalidades de alunos	13.968	18.949
Convênios e permutas	76	
Cartões a receber (a)	39.827	6
	53.871	18.955
PCE	(10.462)	(9.064)
Valores a identificar	(1.749)	(752)
	(12.211)	(9.816)
Ativo circulante	41.660	9.139
Ativo não circulante	-	-
	41.660	9.139

Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de mensalidades, negociações de mensalidades em atraso, liquidadas por meio de cartões de crédito, e os programas de assinatura.

A movimentação na provisão para perda de crédito esperada (PCE), segue demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.064
Constituição	5.262
Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias	(3.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.462

NOTA 5**Partes relacionadas**

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas coligadas. Os saldos incluem operações comerciais e financeiras. Conforme

prática estabelecida entre as partes relacionadas, não há incidência de juros ou atualização monetária sobre os saldos existentes. O saldo de contas a receber das coligadas refere-se a rateio de despesas organizacionais e estão descritos a seguir:

	2025	2024
Ativo Circulante		
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.	920	1.214
IREP Soc. Ens. Super. Médio e Fundam. Ltda	29	11
Outros	9	9
QCX SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	-	163
Total	958	1.397
Passivo Circulante		
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.	195	812
Outros	19	17
Total	214	829

NOTA 6
Despesas antecipadas

	2025	2024
Seguros	196	67
Taxa de credenciamento - MEC	87	135
Prestação de Serviços	985	-
Plataforma digital	77	-
Outras despesas antecipadas	31	31
	1.376	233
Ativo circulante	1.307	194
Ativo não circulante	69	39
	1.376	233

NOTA 7
Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão apresentados a seguir:

a) Composição do imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado

	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(915)	(28.732)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	311	9.769
Efeitos de adições e exclusões permanentes:		
Ágio Permanente	1.824	1.642
Despesas indedutíveis	(22)	-
Prejuízo fiscal não constituído	(3.346)	(9.968)
Outras Adições Temporárias	(308)	(504)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.541)	939
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	(1.541)	939

c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	45.520	45.522
Provisões temporariamente indedutíveis	4.781	1.198
Diferenças temporárias ativas (intangível, goodwill)	3.355	524
Outros	26	469
Total do imposto diferido ativo	53.682	47.713

Os Impostos a recuperar são constituídos basicamente de Imposto de renda e contribuição social pois a Companhia realizou antecipações de IR e CSLL em 2024.

Impostos diferidos: Os impostos diferidos registrados no balanço patrimonial estão apresentados de forma líquida no ativo.



NOTA 8
Imobilizado

	Edifícios	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Biblioteca	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Custo com Desmobilização	Arrendamento	Combinação de negócios	Em andamento	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023	-	2.583	4.628	3.492	161	2.787	305	8.134	1.564	17.431	151	-	41.236
Depreciação acumulada	-	(1.989)	(3.934)	(2.556)	(154)	(2.043)	(225)	(6.542)	(790)	(9.580)	(108)	-	(27.921)
Aquisições	-	-	-	-	-	-	19	82	-	-	7	-	108
Baixas	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(237)	(5.958)	-	-	(6.197)
Depreciação	-	(138)	(376)	(287)	(7)	(63)	(66)	(1.113)	(537)	(1.878)	(16)	-	(4.481)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	-	456	316	649	-	681	33	561	0	15	34	-	2.745
Aquisições	-	62	41	-	-	2	-	26	-	-	-	-	131
Incorporação	182	91	574	680	-	-	-	3.492	-	586	-	8	5.613
Baixas	-	-	-	(65)	-	-	-	-	-	-	-	-	(65)
Depreciação	(2)	(186)	(211)	(258)	-	(64)	(6)	(514)	-	(125)	(16)	-	(1.382)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	180	423	720	1.006	-	619	27	3.565	-	476	18	8	7.042
Taxa de Depreciação	1,67%a.a.	8,33%a.a.	25% a.a.	8,33 a 25%a.a.	16,67%a.a.	5%a.a	8,33 a 25%a.a.	11,11%	-	-	10%	-	-

NOTA 9
Intangível

	Ágio na Aquisição de Investimentos(a)	Softwares	Fundo de Comércio (b)	Intangível em andamento	Ágio por rentabilidade futura (a)	Direitos Autorais	Projetos Intangíveis	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023	131.239	11.332	138.320	3.261	31.099	235	39.404	354.890
Amortização acumulada	-	(10.663)	(36.154)	-	-	(204)	(19.559)	(66.580)
Aquisição e capitalização	-	353	-	-	-	-	5.659	6.012
Baixas/transferências	-	-	(6.728)	(791)	(31.099)	-	-	(38.618)
Amortização	-	(527)	(2.955)	-	-	(25)	(4.017)	(7.524)
Em 31 de dezembro de 2024	131.239	495	92.483	2.470	-	6	21.487	248.180
Aquisição e capitalização	-	2.413	-	5.334	-	-	2.541	10.288
Incorporação	-	3.923	25.853	15.811	165.667	-	45.249	256.503
Baixas/transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(3.124)	(3.286)	-	-	(6)	(8.524)	(14.940)
Em 31 de dezembro de 2025	131.239	3.707	115.050	23.615	165.667	-	60.753	500.031
Taxa de Amortização	-	20 a 100% a.a.	20 a 100% a.a.	-	-	-	5 a 50% a.a.	-

Refere-se a marca, software, domínio web, na aquisição da Editora Folha Dirigida Ltda., e marca, franquias e certificações na aquisição da Damásio conforme laudos de avaliação.

Mais valia de ativos e Ágio por rentabilidade futura registrados oriundos da aquisição da Damásio e do GrupoQ.

NOTA 10

Fornecedores

	2025	2024
Prestadores de serviços	4.766	1.168
Total	4.766	1.168
Circulante	4.766	1.168
Não circulante	-	-

NOTA 11

Salários e encargos sociais

	2025	2024
Encargos sociais a pagar (i)	1.332	175
Provisão para férias	3.110	628
Salários, Bônus e ILP a pagar	8.520	447
Total	12.962	1.250

(i) Composto por contribuições para a Previdência Social ("INSS") e para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), bem como imposto de renda retido na fonte ("IRRF") sobre salários.

NOTA 12

Contingências

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	619	1.240	-	1.859
Adições	1.366	1.097	-	2.463
Reversões	(261)	(18)	-	(279)
Baixas por pagamentos	(1.236)	(461)	-	(1.697)
Atualização monetária	94	304	-	398
Saldos em 31 de dezembro de 2024	582	2.162	-	2.744
Adições	1.480	2.760	-	4.240
Adição por incorporação	23	-	-	23
Reversões	(232)	(591)	-	(823)
Baixas por pagamentos	(1.279)	(3.147)	-	(4.426)
Atualização monetária	113	831	-	944
Saldos em 31 de dezembro de 2025	687	2.015	-	2.702
Composição resultado			dez./25	dez./24
Adições			4.240	2.463
Reversões			(823)	(279)
Atualização monetária			944	398
			4.361	2.582
Despesas gerais e administrativas			(3.417)	(2.184)
Resultado Financeiro			(944)	(398)
			(4.361)	(2.582)

NOTA 13

Preço de aquisição a pagar

	2025	2024
QCONCURSOS	9.937	-
PRO FUTURO	4.171	-
	14.108	-
Passivo circulante	10.980	-
Passivo não circulante	3.128	-
	14.108	-

Refere-se às obrigações a pagar aos antigos sócios pela aquisição de participação societária do GrupoQ, originadas da incorporação reversa da Athenas e posteriormente sucedidas pela Damásio, bem como ao saldo remanescente a pagar relativo à aquisição da Profuturo Cursos e Treinamentos Ltda. (Nota 1.1(a)).

Os valores estão sujeitos à atualização pela taxa dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e possuem vencimentos entre julho de 2026 e setembro de 2029.

NOTA 14**Mensalidades recebidas antecipadamente**

As mensalidades recebidas antecipadamente referem-se, principalmente, a contratos de prestação de serviços educacionais, treinamentos, assinaturas ou outros serviços contínuos, cuja entrega ocorre ao longo do tempo. À medida que os serviços são efetivamente prestados, os valores são apropriados à receita no resultado do exercício. Para os contratos de planos de assinaturas ilimitadas foi considerado o diferimento da receita em 24 meses.

NOTA 15**Passivo financeiro**

O passivo financeiro refere-se ao contrato de opção de compra e venda celebrado com os acionistas não controladores da Hardwork, correspondente às ações subscritas em sua totalidade e representativas dos 49% remanescentes do capital social da investida.

O valor justo da obrigação decorrente desse instrumento é mensurado anualmente, com base nas premissas e critérios estabelecidos contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025, a opção estava avaliada em R\$ 7.869 (R\$ 9.383 em 31 de dezembro de 2024).

NOTA 16**Patrimônio Líquido****Capital Social**

O capital social da Companhia é de R\$ 667.641.555,02 (R\$ 346.289.423,00 em 2024), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 11.094.983 ações, sendo 7.094.983 ações ordinárias e 4.000.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

No dia 1º de outubro de 2025, as sócias da sociedade aprovaram sem ressalvas a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, alterando a denominação social da Sociedade para "DAMÁSIO EDUCACIONAL S.A."

No dia 1º de outubro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Damásio Educacional S.A., na qual foi aprovada a incorporação do GrupoQ Educação S.A. ("GrupoQ") pela Companhia, com a consequente extinção do GrupoQ. Com base no Laudo de Avaliação elaborado pelos peritos responsáveis, o valor contábil do patrimônio líquido do GrupoQ incorporado foi apurado em R\$321.267.132,02, o qual foi vertido à Companhia a título universal e sem solução de continuidade. Em decorrência da Incorporação, foram emitidas 6.000.000 de novas ações ordinárias e 4.000.000 de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos acionistas da Companhia mediante versão do acervo Líquido, resultando no aumento do capital social de R\$ 346.374.423,00 para R\$ 667.641.555,02.

No dia 31 de janeiro de 2025, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), mediante a conversão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") realizados em 20/12/2024, totalizando 85.000 novas quotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em decorrência desse aumento, o capital social da Sociedade passou de R\$346.289.423,00 para R\$346.374.423,00.

No dia 1º de outubro de 2024, foi celebrada a 22ª Alteração do Contrato Social da Damásio Educacional Ltda. ("Sociedade"), por meio da qual foi deliberada a cisão parcial da Sociedade, com versão da parcela cindida para a própria sócia. Com base no Laudo de Avaliação elaborado pelos peritos responsáveis, o valor contábil da parcela cindida foi apurado em R\$ 48.717.359,67, correspondente ao investimento de 57.120 ações ordinárias da Wemed Educação Médica S.A. ("HardWork"), representando 51% do capital social votante dessa sociedade, acrescido dos respectivos ágios e ativos e passivos relacionados. Em decorrência da cisão, o capital social da Sociedade foi reduzido em R\$ 48.717.359,67, passando de R\$ 392.901.783,00 para R\$ 344.184.423,33, com a consequente extinção de 48.717.360 quotas.

Ao longo do exercício de 2024, a Damásio Educacional Ltda. ("Sociedade") realizou quatro aumentos de capital social mediante a conversão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") no valor total de R\$ 42.075.000,00, todos subscritos e integralizados pela única sócia, transformando o capital social de R\$ 352.931.783,00 para R\$ 395.006.783,00, mediante a emissão de 42.075.000 novas quotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Reserva de Capital (Plano de opções de ações)

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo destinado aos seus principais executivos. Os instrumentos concedidos no âmbito desse plano são reconhecidos no patrimônio líquido, em contrapartida à despesa correspondente, sendo o valor justo mensurado na data da outorga e apropriado ao resultado de acordo com o regime de competência.

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

NOTA 17

Incorporação

Em 1º de outubro de 2025, a Damásio Educacional S.A. (“Companhia”) incorporou o GrupoQ Educação S.A. (“GrupoQ”), sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico, nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data.

Em decorrência da incorporação, o GrupoQ foi extinto, sucedendo-lhe a Companhia, a título universal, em todos os seus bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, dívidas, obrigações, sujeições e ônus.

A operação inseriu-se no contexto de reorganização societária do grupo econômico, visando a racionalização e simplificação da estrutura societária, a redução de gastos e despesas operacionais combinadas, a melhor gestão de ativos e fluxos de caixa mediante a união dos patrimônios das Partes, e a maior integração operacional com aproveitamento de sinergias existentes, criando valor aos acionistas e contribuindo para a expansão dos negócios sociais combinados.

A operação foi realizada com base no valor patrimonial contábil, tendo como data-base 1º de outubro de 2025, conforme Laudo de Avaliação elaborado por peritos independentes. O patrimônio líquido contábil da GrupoQ incorporado totalizou R\$ 321.267.132,02, vertido integralmente à conta de capital social da Companhia, mediante a emissão de 6.000.000 de novas ações ordinárias e 4.000.000 de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos acionistas da GrupoQ por meio da versão do Acervo Líquido, no valor unitário de aproximadamente R\$ 32,12 por ação. Não foram reconhecidos ágio ou mais-valia decorrentes da operação. A Incorporação resultou no aumento do capital social da Companhia de R\$ 346.374.423,00 para R\$ 667.641.555,02.

A seguir, apresenta-se o resumo dos ativos e passivos do GrupoQ vertidos à Companhia em decorrência da Incorporação (em milhares de reais):

Balancos patrimonial			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	61.498	Fornecedores	7.195
Contas a receber	42.247	Obrigações fiscais	1.022
Adiantamentos e despesas antecipadas	3.159	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	10.861
Impostos a recuperar	6.130	Receita diferida	30.662
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	113.034	Valores a pagar com ligadas	169
		Dividendos a pagar	275
		Obrigações por Aquisição de Participações Societárias	9.998
		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	60.182
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Adiantamentos e despesas antecipadas	20	Fornecedores	224
Impostos diferidos	7.511	Receita diferida	986
Imobilizado	5.614	provisões para contingências	23
Intangível	256.503	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.233
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	269.648		
		TOTAL DO PASSIVO	61.415
TOTAL DO ATIVO	382.682		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		Capital social	185.606
		Reservas legal	2.561
		Reserva de lucros	98.740
		Resultado do período	19.069
		Plano de opções de ações	15.291
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	321.267
		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	382.682

NOTA 18

Receita Líquida

	2025	2024
Receita bruta	55.703	26.239
Receita com cursos preparatórios	43.932	26.239
Receita com venda de livros digitais	11.771	
Deduções da receita bruta	(3.888)	(1.501)
Devolução de mensalidades e taxas	(13)	(21)
Impostos	(3.875)	(1.480)
	51.815	24.738

NOTA 19

Custo dos serviços prestados

	2025	2024
Pessoal e encargos sociais	(3.644)	(4.073)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(38)	(302)
Aluguéis, condomínios e IPTU	-	(76)
Depreciação e amortização	(6.118)	(8.906)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	-	(215)
Repasse de polos	(394)	(1.150)
Material Didático	(18)	-
Correios e malotes	(144)	-
Outros	(239)	(58)
	(10.595)	(14.780)

NOTA 20

Despesas comerciais, Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas comerciais		
Provisão para perda de crédito esperada	(5.261)	(10.629)
Publicidade	(5.548)	(4.754)
Vendas e marketing	(3.041)	(903)
Outras	1.565	1
	(12.285)	(16.285)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal e encargos sociais	(6.619)	(13.003)
Serviços de terceiros	(2.682)	(435)
Manutenção e reparos	(503)	(770)
Depreciação e amortização	(10.204)	(3.099)
Viagens e estadias	(307)	(38)
Provisão para contingências	(3.417)	(2.184)
Seguros	(68)	(22)
Condução e transporte	(47)	(29)
Outras	(721)	(551)
	(24.568)	(20.131)

NOTA 21

Outras receitas/despesas operacionais

	2025	2024
Receitas com convênios	208	208
Ganho (perda) na alienação de imobilizado	-	3.014
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.815)	-
	(3.607)	3.222

NOTA 22

Resultado Financeiro Líquido

	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	2.665	226
Impostos sobre receita financeira	(133)	(11)
Atualização monetária	196	-
	2.728	215
Descontos concedidos	(1.798)	(4.017)
Variação monetária e juros	(1.509)	(2.170)
Despesas bancárias	(960)	(154)
Outras despesas financeiras	(136)	(101)
	(4.403)	(6.442)
Resultado financeiro líquido	(1.675)	(6.227)

Yasser Ramos Guimarães
DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO
CPF 132.301.327-00

Kelly Cristine Ferreira de Souza
CONTADORA
CRC RJ-111824/O · CPF 096.525.687-16

Ana Carolina Moraes Padilha
PROCURADORA
CPF 028.238.817-60